

Ensino Médio brasileiro: aspectos políticos, práticos e formativos

Brazilian High School: political, practical and formative aspects

La Escuela Secundaria brasileña: aspectos políticos, prácticos y formativos

Philippe do Prado Santos¹
Benedito Gonçalves Eugênio²

FRASSETO, Dulcelina da Luz Pinheiro (org.); PAGLIA, Rerlen Ricardo Silva (org.). **Ensino Médio Brasileiro: aspectos políticos, práticos e formativos**. Curitiba: CRV, 2020. 170 p.

No livro “Ensino Médio Brasileiro: aspectos políticos, práticos e formativos” são discutidas as políticas educacionais que foram ou estão sendo pensadas para o Ensino Médio. Para isso, os autores tomam como referência a reforma do ensino de primeiro e segundo graus configurada na Lei 5.692/71. Quanto à sua estrutura, o livro é organizado em nove capítulos representados por trabalhos acadêmicos e científicos que discorrem sobre os diversos temas relativos ao Ensino Médio brasileiro, suas demandas, conflitos e disputas nos mais diversos contextos e períodos.

O primeiro capítulo do livro intitulado “O Ensino Médio e a Lei nº 5.692 de 1971”, de autoria de Luci Frare Kira, trata da Lei nº 5.692 de 1971, uma das mais profundas mudanças das políticas educacionais elaboradas no período da Ditadura Militar. Essa intervenção exigia fortes investimentos e sua implementação descuidada e indiscriminada foi de encontro às escolas despreparadas, sem estrutura suficiente e sem profissionais qualificados e aptos para atender essa demanda emergente. A autora afirma ainda que a Lei nº 5.692/71 “tinha como pretensão impedir o acesso de grande número de alunos egressos do ensino médio ao ensino do terceiro grau” (p. 25) e seu fracasso se deu pela obrigatoriedade da profissionalização, vindo a ser substituída pela Lei nº 7.044/81 que adotou a preparação para o trabalho ao invés de qualificação para o trabalho, abolindo essa obrigatoriedade.

A autora Dulcelina da Luz Pinheiro Frasseto, no segundo capítulo intitulado “O Ensino Médio nos Planos Nacionais de Educação 2001-2011 e 2014-2024: concretudes e limitações”, faz uma análise das propostas para o Ensino Médio dos Planos Nacionais de

¹ UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: philipe.prado@hotmail.com

² UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: benedito.eugenio@uesb.edu.br

Educação (PNE). O primeiro PNE envolveu o embate entre a sociedade brasileira e o documento encaminhado pelo Executivo Federal, demarcando as disputas presentes nas políticas públicas brasileiras. Como explica a autora, “os objetivos e metas do PNE 2001-2010 para o Ensino Médio se resumem basicamente em implementação e reformas de infraestruturas, o reordenamento da rede de escolas públicas; expansão do número de escolas públicas” (p. 32), já o PNE 2014-2024 envolve ações direcionadas para ampliação do acesso à escola e para a melhoria na qualidade da educação básica, para a organização do ensino em tempo integral e para ampliação da escolaridade dos jovens entre 17 e 29 anos de idade. A autora conclui ainda que o primeiro plano foi substituído por políticas focais e programas do governo e o segundo, ainda em vigência, sofre por falta de investimentos.

O terceiro capítulo, intitulado “Educação Integral e Integrada no Ensino Médio: desafios e proposta das ao tempo integral”, do autor Rerlen Ricardo Silva Paglia, aborda a questão do ensino de tempo integral elucidando conceitos sobre educação integral e integrada, explicando que a educação integral é “garantidora do desenvolvimento dos sujeitos em todas as duas dimensões” (p. 43) e educação integrada caracteriza a “educação geral ou propedêutica articulada à educação profissional” (p. 43). O autor aborda ainda o desafio de superar a ideia de que apenas o aumento na carga horária seja suficiente para garantir uma educação ideal, é necessário que adotem atividades adequadas para tornar esse tempo útil.

Danielle Cristine Silva, no quarto capítulo intitulado “A formação dos professores e o uso de tecnologias digitais no Ensino Médio”, discute a formação inicial e continuada dos professores de Língua Portuguesa que atuam no Ensino Médio e aponta os desafios proporcionados através do advento do meio digital no contexto escolar para o letramento crítico dos alunos que nasceram na era da cibercultura, do ciberespaço e do hibridismo digital. Para melhor compreensão, a autora fez uma investigação com dois professores do ensino médio e pôde constatar que os professores reconhecem a importância do uso das tecnologias para o ensino-aprendizagem de modo que os prepara para o mercado de trabalho, auxiliam na autonomia e aproximam do cotidiano do estudante. A autora finaliza o capítulo reforçando a importância da qualificação profissional constante para prática pedagógica com as tecnologias digitais.

Dulcelina da Luz Pinheiro Frasseto discute no quinto capítulo, intitulado “O currículo do Ensino Médio e suas implicações nas leis 9.394/96 e 13.415/17”, a Reforma do Ensino Médio trazendo uma reflexão sobre a carga horária, flexibilização de disciplinas e avaliação.

Inicialmente é trazida uma definição de currículo pela autora sendo “tudo que está prescrito na legislação educacional e expresso em cada indivíduo de acordo com a sua cultura, sua forma de ver o mundo, sua identidade” (p. 72) e uma crítica contra o processo de colonização e dominação que ainda são dominantes na sociedade e nas escolas, demonstrando a necessidade da construção de um currículo escolar que garanta a justiça e inclusão social. Também é questionada a real necessidade da reforma, tendo em vista a existência de propostas muito próximas às já existentes como o Ensino Médio Inovador e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

A lei 13.415/17 estabelece que a carga horária mínima anual, que anteriormente era de 800 horas, deverá ser ampliada de forma progressiva, para mil e quatrocentas horas. Considerando este um ensino de tempo integral, a autora traz indagações quanto ao impacto para os estudantes com deficiências e trabalhadores. A reforma enfatiza alguns componentes curriculares em detrimento de outros, “principalmente componentes mais teóricos, que é o caso da sociologia, filosofia e história, enfraquecendo, assim, os conhecimentos de mundo e de sociedade” (p. 79). Dentre as áreas de conhecimento ou de atuação profissional, o itinerário “formação técnica e profissional” admite diversos desenhos e aceita o notório saber para atuar na docência, o que leva a um processo de “precarização do sistema educativo e alimenta a lógica mercantil” (p. 79), afinal a atividade docente exige o domínio de conhecimentos específicos que são ofertados através de processos formativos específicos como cursos de pedagogia ou demais licenciaturas.

No sexto capítulo, intitulado “Política de fomento para implementação do Novo Ensino Médio: processos e encaminhamentos nos três Estados da Região Sul”, Dulcelina da Luz Pinheiro Frasseto relata as experiências de três Estados do Sul do Brasil com a política de fomento à implementação da Reforma do Ensino Médio, com base na Portaria nº 727, de 13 de junho de 2017 em concordância com a lei 13.415/17. São relatados no capítulo os processos de implementação da política de fomento de forma geral no contexto do Brasil, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná. Foi possível observar através das pesquisas que os três Estados possuem uma trajetória bem consolidada com relação ao currículo escolar, porém mudanças geram resistências e reflexões diversas. Com relação às respostas das escolas, percebeu-se uma baixa adesão, demonstrando que já nesse primeiro passo a política de fomento fracassou, já que, entre 2017 e 2019, aproximadamente 4,5% das escolas aderiram em Santa Catarina, 1,7% no Rio Grande do Sul e 1,9% no Paraná. Como

possíveis respostas a essa falta de adesão, a autora relaciona ao não atendimento dos requisitos da Portaria pelas escolas e a falta de estrutura física, sendo suas condições de funcionamento extremamente diversificadas.

Bruna Heleno Zarske de Mello, no sétimo capítulo intitulado “Questões de gênero na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio”, discute questões de gênero que são tão discutidas, porém pouco compreendidas, especialmente no Ensino Médio. A autora traz o conceito de gênero numa perspectiva sociológica, para a qual “ao longo da vida, por meio de diferentes práticas sociais e diversas instituições, as pessoas se constituem como homens e mulheres” (p. 115) e aborda a importância de incluir essas discussões nas políticas públicas educacionais, visando à superação de desigualdades e eliminação de disparidades para alcançar a igualdade de gênero. Com relação à Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, a autora defende a inclusão de questões de gênero na parte diversificada dos currículos e demonstra a preocupação em tempos de instabilidade política e de avanço de forças conservadoras no Brasil.

No oitavo capítulo, intitulado “A identidade do Ensino Médio: contribuições das percepções de estudantes sobre direitos humanos”, dos autores Eduardo Felipe Hennerich Pacheco e Ana Maria Eyng, é tratada a questão da violência no ambiente escolar e sua incidência direta nos resultados do processo de ensino-aprendizagem, sendo responsável quase sempre pelo fracasso escolar dos estudantes, questionando também o papel das escolas como um espaço de garantia de direitos. As pesquisas indicaram o desejo dos jovens em participarem de um contexto escolar onde possam ter voz ativa, serem escutados e respeitados nas suas identidades.

A autora Erika Ferreira Floriano, no nono e último capítulo intitulado “Análise sobre a política pública educacional de acesso ao emprego e renda: a questão do currículo do Pronatec”, aborda a política de formação técnica entre os anos 2010 e 2012 com a grande expansão do programa Pronatec (Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) que tem como propósito “expandir e democratizar a oferta da escolarização profissional e tecnológica, inserindo no mercado a população mais fragilizada economicamente” (p. 157). A autora traz ainda a crítica referente ao ensino visando apenas o abastecimento do mercado de trabalho, contradizendo a escolarização emancipadora e que contribua para efetivação dos direitos desses jovens e também discorre sobre a necessidade de inserção das classes de menor renda, mulheres e negros.

O livro traz uma importante reflexão sobre o Ensino Médio brasileiro e convida pesquisadores, professores, estudantes e os mais diversos leitores a conhecerem e problematizarem a realidade que envolve as políticas educacionais voltadas à última etapa da educação básica. Os autores destacaram que a educação deve ser assentada em valores, atitudes e ações que possam fornecer elementos para a emancipação social dos estudantes e, finalmente, questiona-se: a educação no Ensino Médio tem cumprido seu papel na formação de indivíduos críticos, que atuem na transformação social e na luta contra todas as formas de desigualdades, injustiças e exclusões?

Recebido em: agosto/2022.
Aprovado em: novembro/2022.